

RELATÓRIO DE GESTÃO |

EXERCÍCIO 2018

ÍNDICE

Índice

I.	Introdução.....	2
II.	Organização do Município	3
	Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo	3
	Câmara Municipal – Órgão Executivo	4
III.	Recursos Humanos	6
IV.	Análise da Execução Orçamental.....	9
V.	Receita	12
	Receita corrente	15
	Receita capital	18
VI.	Despesa	22
VII.	Plano plurianual de investimentos.....	29
VIII.	Plano de atividades mais relevantes	31
IX.	Análise dos Empréstimos de Médio/Longo Prazo.....	32
X.	Análise do Endividamento Municipal	33
XI.	Caraterização da Dívida	34
XII.	Equilíbrio Orçamental.....	36
XIII.	Análise Económico - Financeira.....	37
	Balço e Demonstração de Resultados.....	37
XIV.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	41
	Câmara Municipal de Alijó.....	42

I. INTRODUÇÃO

De acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei 73/2013, de 3 de setembro e considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, (POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão e Contas, relativas ao ano económico de 2018.

É da competência do Órgão Executivo, a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, que devem ser submetidos à apreciação e votação pelo Órgão Deliberativo.

O presente relatório, permitirá visualizar a situação económica e financeira relativa ao exercício de 2018, demonstrando os níveis de execução conseguidos, bem como, os resultados da utilização de meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pelo Município.

Pretende-se demonstrar de forma sucinta, a evolução da receita e despesa, custos e proveitos, integrando-os com os resultados de anos anteriores, com uma narrativa coerente dos dados orçamentais e financeiros, relatando os eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras.

A análise desenvolvida neste Relatório de Gestão é sustentada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais.

O Relatório de Gestão de 2018 mantém a estrutura dos anos anteriores, o que permite uma leitura fácil e proporciona uma análise comparativa dos anos anteriores.

Além deste relatório, existe análise complementar, produzida pelo Revisor Oficial de Contas, com informação Económico-Financeira e de Execução Orçamental.

ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

II. ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ÓRGÃO DELIBERATIVO

A Assembleia Municipal do Município de Alijó é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente, e os restantes 14 são Presidentes de Junta de Freguesia.

A composição da Assembleia Municipal de Alijó é a seguinte:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
CONSTITUIÇÃO DA MESA	
José Alberto Queirós Canelas	
Mário Joaquim Vaz	
Denisa Cláudia Sampaio Simão	
NOME	NOME
Alípio de Almeida Alves	Aurelina Maria Gomes Lopes Carvalho Pereira
Evaristo José Luxo Hipólito	Raffaele Liberato Batista
Filomena Margarida Gonçalves Marques	Luís Horácio Macedo dos Santos
Rui Francisco Morais Lopes	Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho
Pedro Miguel Guedes M. Espírito Santo	Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda
António Luís Pereira	Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique
António Samuel Lopes Fernandes da Cunha	Luís Filipe Pires de Morais Pinto
Cláudio Miguel da Cruz Vilela	António Joaquim Fernandes
Maria da Glória de Carvalho Veiga	José Toni Carneiro Afonso
Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias	Fernando Gerardo Alves de Sousa
Alexandre Monteiro Alves	Sónia Cristina Cardoso Quintas Pinheiro
Luís Manuel da Silva Lameiras	Vítor Carlos Alves Borges
Márcio Miguel Monteiro Ribeiro	Nuno Filipe Aires Jorge
Joaquim Augusto dos Santos Veloso	Faustino Meireles Moreira
Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso	
Estela Maria de Jesus Teixeira	
António Augusto Pinto Rocha	
António João Teixeira Borges	

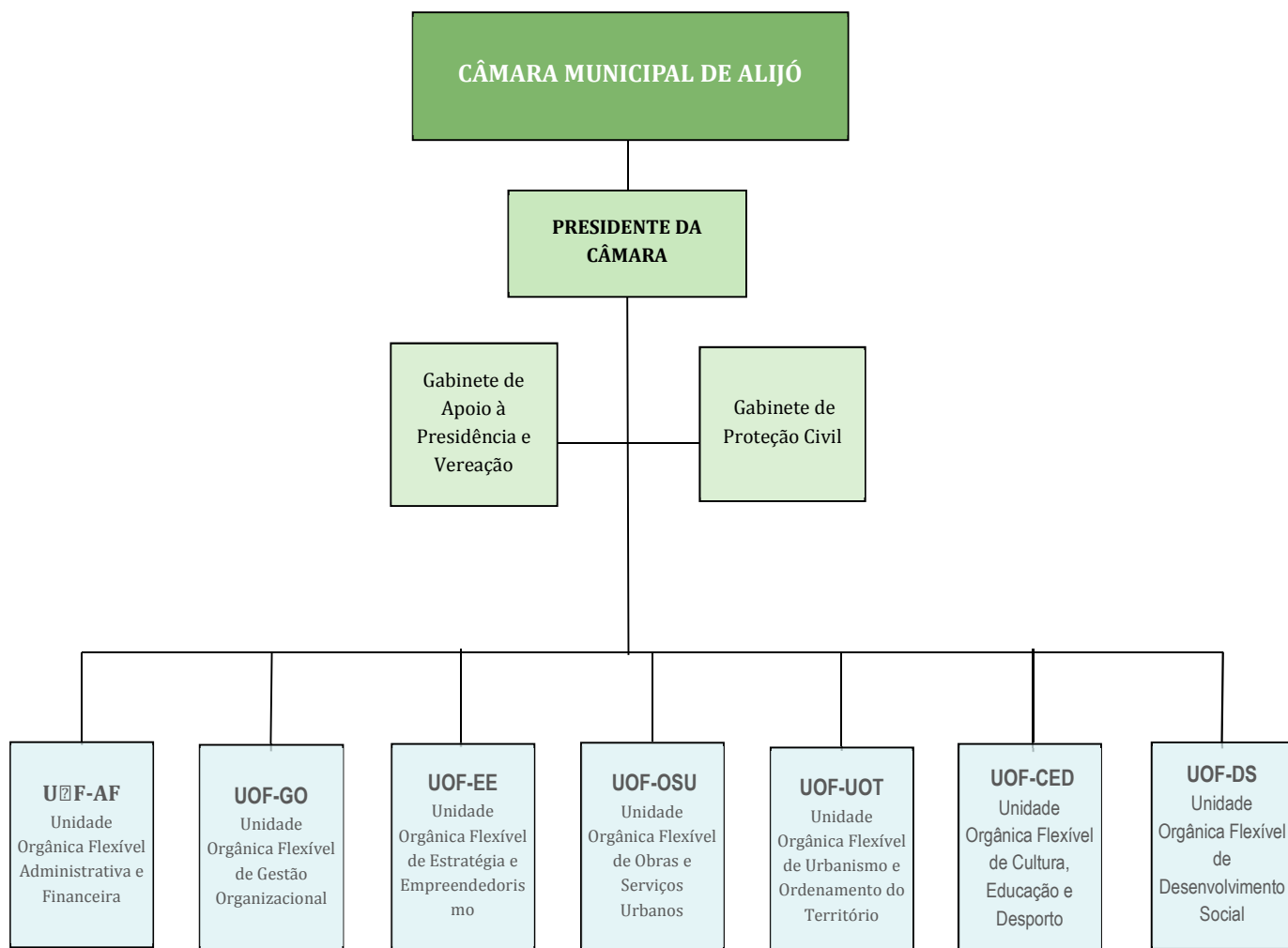
ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL – ÓRGÃO EXECUTIVO

O Município de Alijó, para além do Presidente, é composto por seis Vereadores. A responsabilidade nos vários pelouros e a respetiva distribuição de funções pelos Vereadores, constam no despacho do Sr. Presidente da Câmara de 26 de Outubro de dois mil e dezassete.

NOME	PELOUROS
José Rodrigues Paredes	Coordenação Geral dos Serviços
	Relações Exteriores e Comunicação Social
	Recursos Humanos
	Finanças e Desenvolvimento Económico
	Obras Públicas
	Agricultura e Florestas
Vítor Emanuel Cardoso dos Santos Ferreira	Licenciamento Urbano e Loteamentos
	Planeamento e Ordenamento
	Empreendedorismo e Estratégia
	Proteção Civil
	Trânsito e Segurança Rodoviária
	Recursos Cinegéticos e Piscícolas
	Comércio Mercados e Feiras
	Qualidade e Ambiente
	Coordenação Jurídica
Sónia Andrea Rodrigues Pereira Pires	Educação
	Juventude e Desporto
	Formação e Qualificação
	Saúde
	Turismo
Mafalda Lopes Mendes	Ação Social
	Habituação Social
	Cultura
	Comunicação e Imagem
	Qualidade e Modernização Administrativa
Luís Miguel Gonçalves Rodrigues	Sem Pelouros Atribuídos
Luís Henrique Grácio Azevedo	Sem Pelouros Atribuídos
Maria Margarida Marinheira Dias Cascarejo	Sem Pelouros Atribuídos

ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



RECURSOS HUMANOS

III. RECURSOS HUMANOS

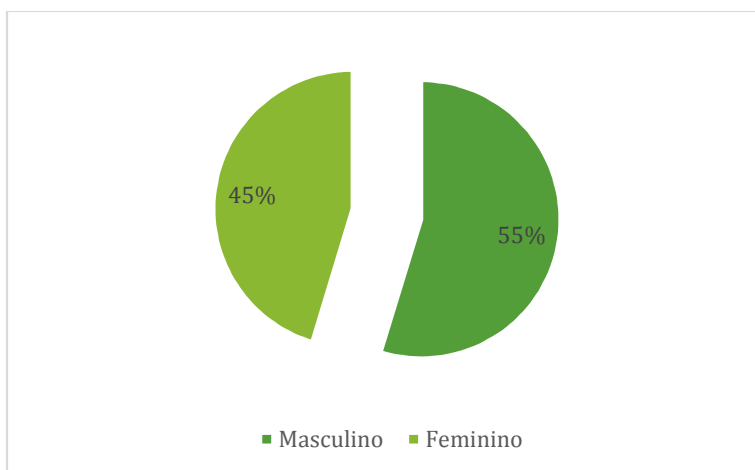
Reportando à data de 31 de dezembro de 2018, os dados seguintes refletem a desagregação da estrutura dos trabalhadores do Município.

O universo de trabalhadores ascende a 159 colaboradores.

O quadro e o gráfico seguinte permitem verificar que os trabalhadores do sexo masculino representam a maior percentagem, ascendendo a 55% do total de funcionários.

MAPA DE TRABALHADORES POR SEXO

	Masculino	Feminino	TOTAL
Dirigente	4	3	7
Técnico Superior	8	16	24
Assistente Técnico	13	19	32
Assistente Operacional	61	33	94
Informática	1	1	2
TOTAL	87	72	159

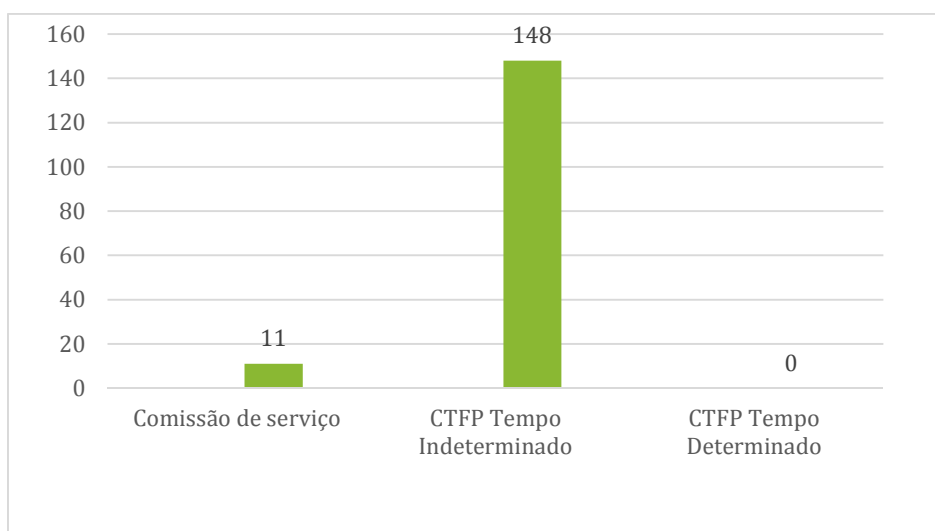


RECURSOS HUMANOS

Apresentam-se de seguida, os dados referentes ao vínculo dos trabalhadores:

MAPA DE TRABALHADORES POR CARGO/CARREIRA POR VÍNCULO

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de Serviço	7	2	1	1	0	0	11
CTFP Tempo	0	22	31	93	2	0	148
CTFP Tempo	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	7	24	32	94	2	0	159

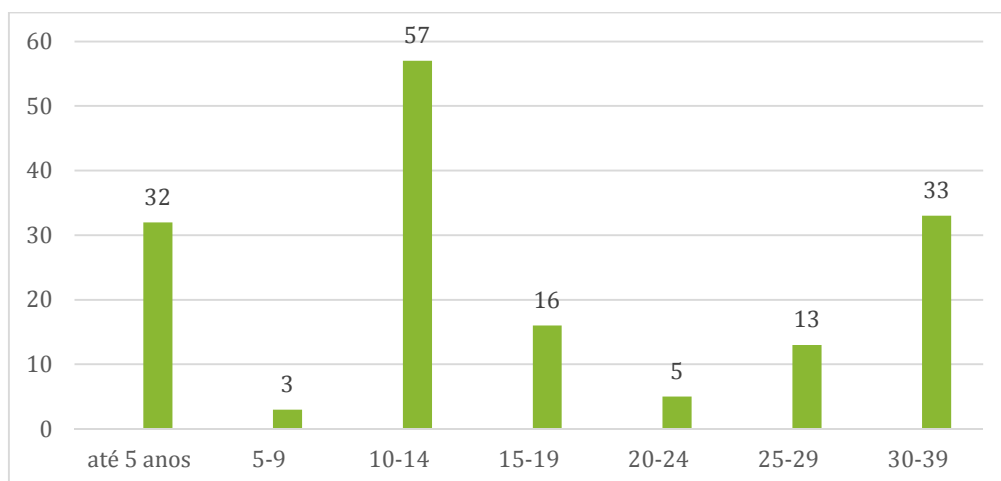


RECURSOS HUMANOS

Relativamente à antiguidade verifica-se que o maior número de trabalhadores tem entre 10 a 14 anos de serviço.

MAPA DE TRABALHADORES POR ANTIGUIDADE

	Dirigente Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
até 5 anos	0	4	7	21	0	0	32
5-9	0	0	0	3	0	0	3
10-14	4	12	9	32	0	0	57
15-19	1	2	4	9	0	0	16
20-24	1	1	0	3	0	0	5
25-29	1	2	5	4	1	0	13
30-39	0	3	7	22	1	0	33
TOTAL	7	24	32	94	2	0	159



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

IV. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental, procura mostrar de forma sucinta a execução da receita e da despesa, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas.

Os valores referentes à execução orçamental do exercício económico de 2018 encontram-se resumidos no quadro que a seguir se apresenta, verificando-se que a receita global ascendeu a € 11.412.251,93 (onze milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e cinquenta e um euros e noventa e três cêntimos), e a despesa ascendeu a € 11.455.210,21 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e dez euros e vinte e um cêntimos).

Importa referir que o saldo da gerência anterior (2017), corresponde a um valor global de € 4.228.531,34 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e trinta e um euros e trinta e quatro cêntimos), tendo transitado para o ano económico seguinte (2019), um saldo de € 4.185.573,06 (quatro milhões, cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e três euros e seis cêntimos).

DESCRIÇÃO	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	TOTAL
Saldo da Gerência Anterior	3.220.530,90 €	1.008.000,44 €	4.228.531,34 €
Receitas	10.737.130,13 €	675.121,80 €	11.412.251,93 €
Despesas	10.787.214,58 €	667.995,63 €	11.455.210,21 €
Saldo para a Gerência Seguinte	3.170.446,45 €	1.015.126,61 €	4.185.573,06 €

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No quadro a seguir apresentado, analisamos a estrutura global quer da receita quer da despesa, comparando o orçamento final, ou corrigido, com o orçamento executado.

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO
	Valor	Valor		
Receitas Correntes	10.171.613,00 €	10.069.426,23 €	-102.186,77 €	99%
Receitas de Capital	1.865.077,00 €	667.640,00 €	-1.197.437,00 €	36%
Outras Receitas (a)	3.220.630,90 €	3.220.594,80 €	-36,10 €	100%
Total da Receita (a)	15.257.320,90 €	13.957.661,03€	-1.299.659,87 €	92%
Despesas Correntes	8.927.371,40 €	7.731.383,27 €	-1.195.988,13 €	87%
Despesas de Capital	6.329.949,50 €	3.055.831,31 €	-3.274.118,19 €	48%
Total da Despesa	15.257.320,90 €	10.787.214,58 €	-4.470.106,32 €	71%

(a) Este valor inclui o saldo orçamental transitado, que foi incorporado por revisão.

Analisando o quadro supra apresentado, pode-se verificar que o orçamento da receita teve uma execução na ordem dos 92%, verificando-se um desvio negativo na ordem dos €1,3 milhões de euros.

Esta execução é resultado de uma execução do orçamento da receita corrente, na ordem dos 99%, e uma execução orçamental das receitas de capital na ordem dos 36%.

De salientar que em relação ao ano transato a execução da receita corrente aumentou cerca de 5% e que a execução da receita de capital teve um decréscimo superior a 60%.

De uma forma global, a execução orçamental, no que diz respeito às receitas, teve uma execução inferior ao ano transato.

A maior variação ocorre na receita de capital, por não se ter verificado a arrecadação de fundos comunitários que se estimavam executar.

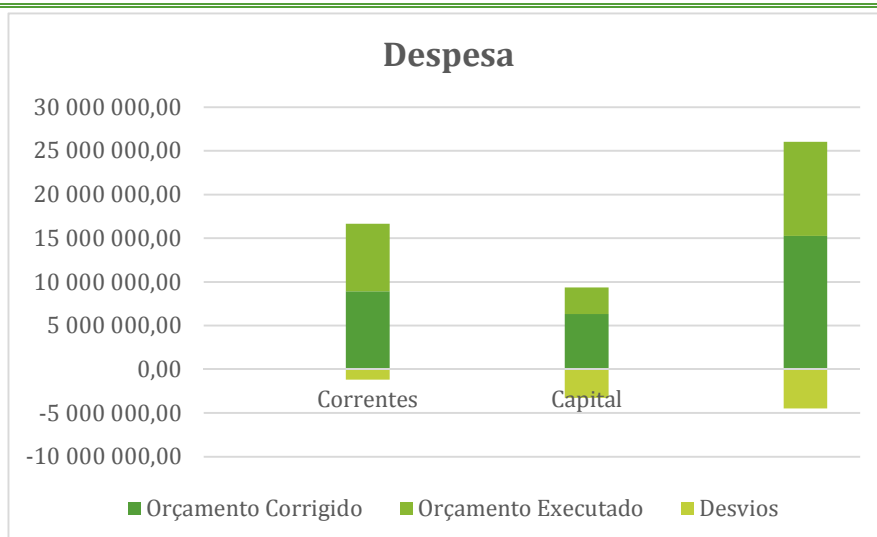
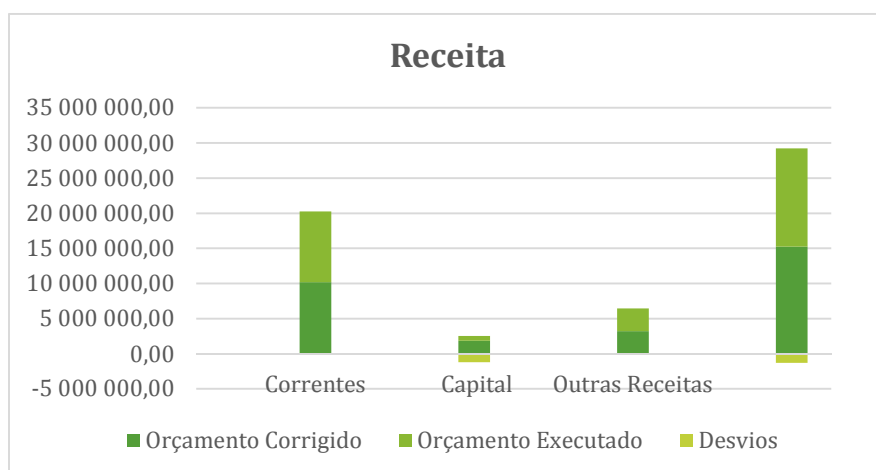
Já a variação na receita corrente é menor, comparando com o ano transato, destacando uma taxa de execução na ordem dos 99%, em termos absolutos, verifica-se um acréscimo na receita corrente.

Importa aqui referir, embora se faça posteriormente uma análise por capítulo, que a receita de capital em 2017 contou com a operação financeira de substituição de dívida, tendo sido arrecadado no ano transato o valor de €10.941.930,67 (dez milhões, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta euros e sessenta e sete cêntimos), em passivos financeiros.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Quanto à despesa, teve uma execução de 71%, inferior ao ano transato em cerca de 13 pontos percentuais. Este resultado advém de uma execução da despesa corrente na ordem dos 87% e uma execução no orçamento das despesas de capital na ordem dos 48%. No entanto, verifica-se que no ano de 2018, o valor da despesa total paga, diminui cerca de 10,3 milhões de euros dos quais 10,1 milhões de euros referem-se à operação financeira de substituição de dívida nos termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, com visto do Tribunal de Contas em 13 de julho de 2017.

Graficamente, apresentam-se as dotações e previsões corrigidas comparando-as com a execução, para análise dos desvios:



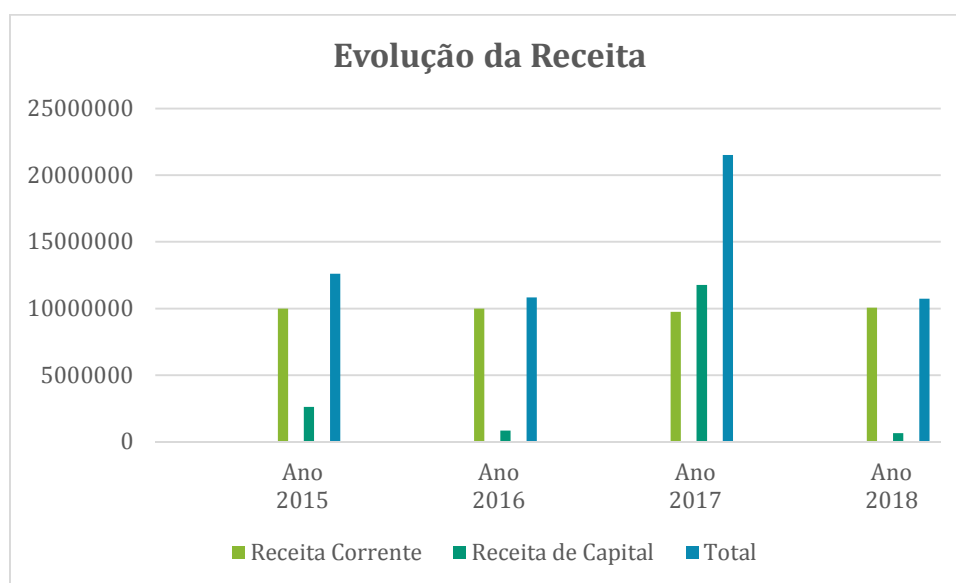
RECEITA

V. RECEITA

Analizamos, através do quadro seguinte, a evolução da cobrança das receitas ao longo dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. De salientar que as “outras receitas”, foram expurgadas desta análise, debruçando-nos sobre as receitas correntes e de capital.

RECEITA COBRADA	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Receita Corrente	9 999 075,43 €	9 991 716,82 €	9 744 437,78 €	10 069 426,23 €
Receita de Capital	2 618 408,45 €	839 815,04 €	11 766 387,53 €	667 640,00 €
TOTAL	12 617 483,88 €	10 831 531,86 €	21 510 825,31 €	10 737 066,23 €

Graficamente, demonstramos a evolução da receita ao longo dos últimos anos:



De acordo com a análise do quadro supra apresentado e do respetivo gráfico, a receita corrente arrecadada em 2018 é superior, quando comparada com o ano económico de 2017. Já a receita de capital, teve um decréscimo de cerca 11 milhões de euros, que se deve essencialmente à arrecadação de receita em 2017, proveniente de passivos financeiros, que em 2018 não existiu, quantia que foi proveniente da contratualização de uma operação de substituição de dívida, nos termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

RECEITA

A execução da receita corrente e da receita de capital, foi inferior a 100%, o que significa que o Município de Alijó, arrecadou menos cerca de € 1.299.000,00 (um milhão, duzentos e noventa e nove mil euros) do que a verba prevista.

Considerando que a receita orçamental global da autarquia, no ano económico de 2018, se cifrou em € 10.737.130,13 (dez milhões, setecentos e trinta e sete mil, cento e trinta euros e treze cêntimos), o peso da receita corrente é de 94%, sendo o diferencial, o correspondente ao peso da receita de capital 6%.

Analisando por capítulos, tendo em consideração os quadros supra apresentados, importa referir o seguinte relativamente à receita corrente:

Em relação ao ano transato, verifica-se um menor peso da receita de capital, uma vez que a operação financeira realizada no ano de 2017 contribuiu para uma execução superior a 10 milhões de euros.

Os Impostos Diretos tiveram em 2018, um acréscimo relativamente ao ano económico de 2017, tendo sido cobrado nesta rúbrica o montante de € 1.552.817,48 (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e dezassete euros e quarenta e oito cêntimos). Este ligeiro acréscimo deveu-se ao aumento da cobrança do Imposto Único de Circulação (IUC), do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e da Derrama, tendo-se verificado um decréscimo no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

As rúbricas incluídas no capítulo dos impostos diretos tiveram uma execução superior a 100%, com exceção da classificação económica 010204 – “IMT”, que teve uma execução na ordem dos 88%.

De forma global, este capítulo – Impostos Diretos - teve uma execução de 103,4%, havendo um desvio positivo quando comparado com o valor estimado em sede de elaboração do orçamento para o ano económico de 2018.

Os Impostos Indiretos tiveram um acréscimo, mas, considerando o peso relativo deste capítulo da receita, não é materialmente relevante o seu montante. No entanto verifica-se que o Município na previsão destas receitas foi também cauteloso, ao obter uma execução superior a 100%, neste capítulo foi de 199%.

As Taxas, Multas e outras Penalidades, tiveram um acréscimo pouco significativo em relação ao ano transato, verificando-se um grau de execução na ordem dos 115%. Comparativamente com o ano transato, importa referir um decréscimo na receita cobrada referente a Loteamento e Obras e também da Caça, embora se verifique um aumento significativo, embora pouco relevante da receita cobrada na classificação de multas e outras penalidades, com uma execução de 221%.

Os Rendimentos de Propriedade, tiveram um acréscimo em relação ao ano transato, na ordem dos € 113.000,00 (cento e treze mil euros), considerando que o último trimestre de 2017, referente à renda de

RECEITA

concessão da EDP apenas se reflete em 2018, uma vez que a receita não foi liquidada durante o ano de 2017. Esta referência orçamental ao ano económico em que a receita é cobrada não pode ser alterada, tendo sido efetuado o devido acréscimo em sede de contabilidade patrimonial, de acordo com os princípios contabilísticos.

As transferências correntes tiveram um aumento, na ordem de € 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil euros). Este aumento verifica-se, porque houve um acréscimo nas transferências do FEF, por parte da administração central para os municípios no ano económico de 2018 e também porque foi recebida a quantia de um projeto financiado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no âmbito do Fundo Ambiental protocolado com o Município de Alijó. Também nesta rubrica foi considerado o valor da receita proveniente do Fundo de Emergência Municipal a que o Município de Alijó se candidatou.

A rubrica de Venda de Bens e Serviços correntes teve um decréscimo na ordem dos €48.000,00 (quarenta e oito mil euros). De forma global, podemos considerar que a execução deste capítulo da receita se situou nos 94%, considerando uma taxa de execução de 100% na venda de bens, de 94% nas prestações de serviços e de 81% nas rendas e alugueres.

Relativamente à receita de capital, importa referir e analisar o seu decréscimo. O decréscimo da receita neste capítulo é na ordem de 11 milhões de euros, deve-se sobretudo à não arrecadação de valores referentes a passivos financeiros, isto é, o Município de Alijó não recorreu a capitais alheios no ano económico de 2018. Em 2017, arrecadou neste capítulo o valor de €10.941.930,67 (dez milhões, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta euros e sessenta e sete cêntimos), referente à operação financeira de substituição de dívida, nos termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro.

O valor das receitas de capital de 2018 corresponde genericamente aos valores de receita cobrados por via do Fundo de Equilíbrio Financeiro, correspondente ao Mapa XIX da Lei do Orçamento de Estado de 2018.

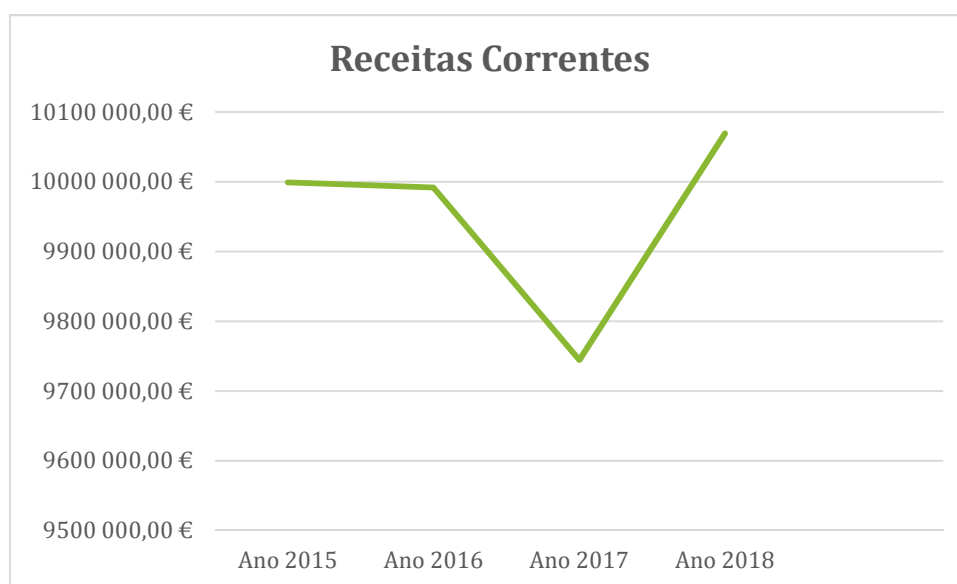
É necessário, para uma análise mais desagregada, analisar os vários capítulos da receita, de forma a conhecer os que mais e menos contribuem para a arrecadação de verbas para o Município.

RECEITA

RECEITA CORRENTE

Receita Cobrada	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Receitas Correntes	9 999 075,43 €	9 991 716,82 €	9 744 437,78 €	10 069 426,23 €
Impostos Diretos	1 815 896,78 €	1 664 011,38 €	1 520 843,70 €	1 552 817,48 €
Impostos Indiretos	5 126,90 €	7 438,78 €	6 042,36 €	9 766,12 €
Taxas, Multas e O. Penalidades	89 694,46 €	82 009,65 €	102 344,65 €	105 052,59 €
Rendimentos de Propriedade	464 892,18 €	572 186,04 €	357 762,66 €	471 520,33 €
Transferências Correntes	6 289 388,69 €	6 406 897,13 €	6 489 244,09 €	6 717 452,26 €
Vendas Bens e Serv. Correntes	1 249 619,44 €	1 172 646,71 €	1 240 433,56 €	1 192 638,52 €
Outras Receitas Correntes	84 456,98 €	86 527,13 €	27 766,76 €	20 178,93 €

Graficamente, podemos visualizar a evolução dos vários capítulos da receita corrente cobrada ao longo dos anos:

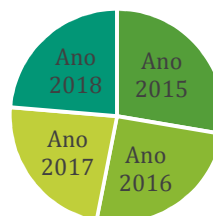


RECEITA

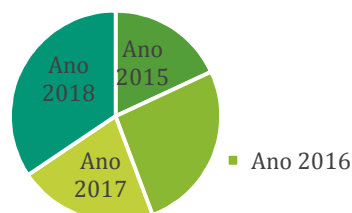
A receita proveniente de **impostos diretos**, tem vindo a decrescer ao longo dos últimos anos, no entanto, verifica-se um ligeiro aumento no ano económico de 2018. Devido ao decréscimo da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovados pela Assembleia Municipal e a aplicação de benefícios a famílias numerosas, a receita proveniente deste imposto direto diminuiu, no entanto o Imposto Único de Circulação e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, mais que compensou em 2018 esse decréscimo, pelo que ainda assim, e apesar da diminuição de receita cobrada no Imposto Municipal sobre Imóveis, houve um ligeiro acréscimo nos Impostos Diretos cobrados em 2018.

Relativamente aos **impostos indiretos**, verifica-se um aumento significativo, embora devido ao seu valor absoluto reduzido, que não ultrapassa os €10.000,00 (dez mil euros), não seja relevante para o impacto na gestão orçamental. Relativamente às **taxas, multas e outras penalidades**, importa referir que a receita cobrada tem vindo a aumentar e que ultrapassa o valor de €100.000,00 (cem mil euros). Relativamente aos **rendimentos de propriedade**, tal como foi referenciado na prestação de contas do ano transato, o valor das receitas cobradas referentes à renda de concessão da EDP tiveram execução orçamental em ano diferente do ano económico a que respeitavam, pelo que o impacto orçamental foi devidamente justificado, embora com a ressalva de que em contabilidade financeira foram efetuados os ajustamentos necessários em cumprimentos dos princípios contabilísticos geralmente aceites. Em 2018, a receita cobrada neste capítulo, ascende a €471.520,33 (quatrocentos e setenta e um mil quinhentos e vinte euros e trinta e três cêntimos).

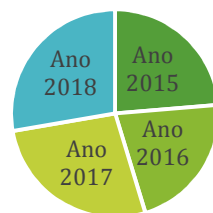
Impostos Diretos



Impostos Indiretos



Taxas, Multas e O. Penalidades



Rendimentos de Propriedade



RECEITA

No que diz respeito às **transferências correntes**, verifica-se um aumento significativo das receitas cobradas, não só por via do aumento da receita do fundo de equilíbrio financeiro corrente, mas também pela execução de receita proveniente da Agência Portuguesa do Ambiente para financiamento de trabalhos de estabilização e regularização fluvial, cujo financiamento foi de 100%.

Relativamente às **vendas de bens e serviços correntes** o valor da receita cobrada diminuiu em relação ao ano transato. Esta diminuição advém essencialmente de uma diminuição na receita cobrada de serviços, nomeadamente, porque houve equipamentos que estiveram em obras de conservação no ano de 2018, pela implementação de medidas de redução da receita relativamente à ação social escolar e devido também a um menor volume de faturação relativamente aos serviços essenciais (água, saneamento e resíduos).

O Capítulo das **outras receitas correntes** tem vindo a diminuir, são verbas de montante reduzido e imprevisível sem enquadramento em outros capítulos de receita específico.

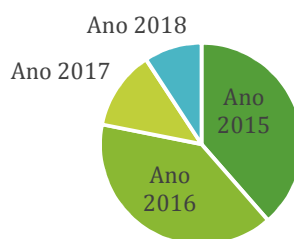
Transferências Correntes



Vendas Bens e Serv. Correntes



Outras Receitas Correntes



RECEITA

RECEITA CAPITAL

Receita Cobrada	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Receitas de Capital	2 618 408,45 €	839 815,04 €	11 766 387,53 €	667 640,00 €
Venda de Bens de Investimento	27 846,66 €	0,00 €	0,00 €	2 810,00 €
Transferências de Capital	820 685,44 €	839 815,04 €	824 456,86 €	664 830,00 €
Passivos Financeiros	1 769 876,35 €	0,00 €	10 941 930,67 €	0,00 €

Graficamente, podemos visualizar a evolução dos vários capítulos da receita de capital cobrada ao longo dos anos:



RECEITA

Relativamente à venda de bens de investimento, trata-se de uma receita residual de montante materialmente pouco relevante e sem impacto na gestão orçamental.

As transferências de capital foram em 2018 apenas as provenientes do Fundo de Equilíbrio Orçamental, uma vez que não foi recebida qualquer verba de Fundos Externos para financiamento de despesas de capital, apenas foram recebidos fundos de natureza corrente.

Este tipo de receita está associada à execução de projetos financiados por fundos europeus, que por ter havido atraso na execução dessas despesas, também o financiamento não foi liquidado/cobrado.

De salientar que as verbas a receber da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, não foram arrecadadas, sendo que os investimentos estão em execução e no ano económico de 2019 está prevista a cobrança dessa receita.

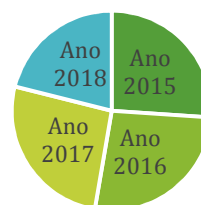
Pelo exposto, verifica-se e já anteriormente demonstrado um desvio neste capítulo da receita, significativo.

Relativamente aos passivos financeiros, quer o ano de 2016, quer o ano de 2018 não constam do gráfico, por não ter sido cobrada receita proveniente de empréstimos.

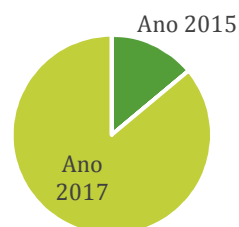
Venda de Bens de Investimento



Transferências de Capital



Passivos Financeiros



RECEITA

A desagregação da receita por capítulos, no quadro infra apresentado, revela o peso de cada capítulo quer nas receitas correntes quer nas receitas de capital.

RECEITA COBRADA	ANO 2018	%
Receitas Correntes	10 069 426,23 €	100,00%
Impostos Diretos	1 552 817,48	15,42%
Impostos Indiretos	9 766,12	0,10%
Taxas, Multas e O. Penalidades	105 052,59	1,04%
Rendimentos de Propriedade	471 520,33	4,68%
Transferências Correntes	6 717 452,26	66,71%
Vendas Bens e Serviços Correntes	1 192 638,52	11,84%
Outras Receitas Correntes	20 178,93	0,20%
Receitas de Capital	667 640,00 €	100,00%
Venda de Bens de Investimento	2 810,00	0,42%
Transferências de Capital	664 830,00	99,58%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%

RÁCIOS DE ESTRUTURA FINANCEIRA				
Descrição	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
	%	%	%	%
Receitas Próprias/Receita Total	12	27	15	31
Impostos Diretos/Receita Total	7	10	7	14
Transferências/Receita Total	79	73	34	69
Venda de Bens/Receita Total	6	11	6	11
Passivos Financeiros/Receita Total	0	0	51	0

RECEITA

De acordo com o quadro supra apresentado, podemos verificar que o Município de Alijó tem um elevado grau de dependência relativamente às transferências externas, quer sejam correntes, quer sejam de capital.

Para uma melhor perceção da análise efetuada relativa à receita municipal, torna-se importante uma análise acerca dos diferentes rácios da estrutura financeira.

De acordo com os dados do quadro supra apresentado, verifica-se a dependência financeira do Município, relativamente às transferências, com um rácio na ordem dos 69%.

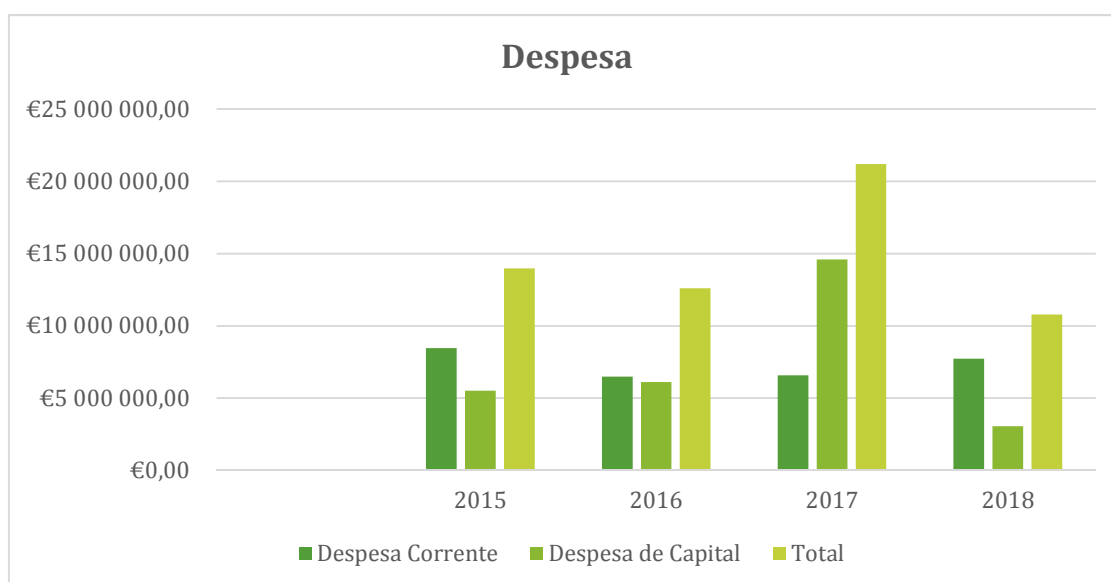
DESPESA

VI. DESPESA

Analisamos, através do quadro seguinte a evolução das despesas ao longo dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018.

Despesa Paga	2015	2016	2017	2018
Despesa Corrente	8 460 996,75 €	6 492 097,86 €	6 584 471,20 €	7 731 383,27 €
Despesa de Capital	5 522 699,51 €	6 114 311,44 €	14 602 212,01 €	3 055 831,31€
Total	13 983 696,26 €	12 606 409,30 €	21 186 683,21 €	10 787 214,58€

Graficamente, demonstramos a evolução da despesa ao longo dos últimos anos:



Relativamente à execução da despesa, verifica-se um decréscimo em relação ao ano transato.

A despesa corrente teve um acréscimo na ordem de 1,1 milhões de euros e a despesa de capital, teve um decréscimo de aproximadamente 11,5 milhões de euros.

Considerando a divisão entre as despesas correntes e despesas de capital, devemos pois verificar de entre os vários capítulos da despesa quais os que mais e menos contribuíram para a execução orçamental da despesa do Município.

De forma desagregada, constata-se que relativamente às despesas correntes, as despesas com Juros e Outros Encargos sofreram um decréscimo em comparação com o ano transato, verificando-se um acréscimo de despesa paga nos restantes agrupamentos da despesa corrente.

DESPESA

O agrupamento das despesas com pessoal teve um acréscimo de € 233.029,41 (duzentos e trinta e três mil e vinte e nove euros e quarenta e um cêntimos).

A execução das despesas com a aquisição de bens e serviços aumentaram em cerca de € 719.000,00 (setecentos e dezanove mil euros).

As despesas pagas com juros e outros encargos diminuíram cerca de 25% em relação ao ano transato, fruto das negociações com a banca de “*spreads*” mais baixos, que fizeram diminuir o custo dos capitais alheios em anos transatos e pelas taxas de juro mais baixas que o Município beneficiou por contratualização do empréstimo de substituição de dívida em 2017.

As transferências correntes aumentaram, o que significa que no ano de 2018, foram apoiadas mais instituições externas ao Município, quer no que às Juntas de Freguesia diz respeito, quer às instituições sem fins lucrativos de carácter cultural, desportivo e social.

Relativamente às despesas de capital, houve um decréscimo global.

Verifica-se um decréscimo na aquisição de bens de capital, no montante de aproximadamente €836.000,00 (oitocentos e trinta e seis mil euros).

Considerando a amortização dos empréstimos de reequilíbrio financeiro pela arrecadação de passivos financeiros em 2017, esta rubrica teve uma diminuição muito significativa, superior a 10,9 milhões de euros.

As transferências de capital em 2018 tiveram um acréscimo, superior a € 200.000,00 (duzentos mil euros).

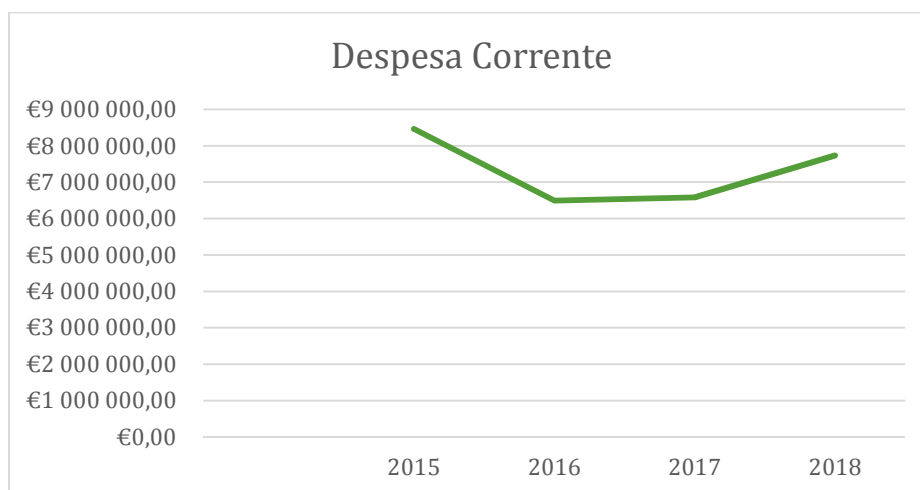
No que diz respeito ao valor dos Ativos Financeiros, houve um decréscimo, em virtude de ter alterado e diminuído a comparticipação do Município no FAM (Fundo de Apoio Municipal) nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2018.

DESPESA

Despesa Paga	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Despesas Correntes	8 460 996,75 €	6 492 097,86 €	6 584 471,20 €	7 731 383,27 €
Despesas com pessoal	2 779 246,42	2 660 502,20	2 655 708,10	2 888 737,51
Aquisição de Bens e Serviços	4 599 548,44	3 100 220,83	3 024 181,39	3 743 758,85
Juros e Outros Encargos	846 016,38	362 269,94	214 532,66	160 971,42
Transferências Correntes	172 287,47	255 823,43	545 374,68	752 786,27
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	63 898,04	113 281,46	144 674,37	185 129,22
Despesas de Capital	5 522 798,51 €	6 114 311,44 €	14 602 212,01 €	3 055 831,31
Aquisição de Bens de Capital	2 640 564,76	2 485 008,32	2 646 792,03	1 810 476,07
Transferências de Capital	210 601,88	449 944,50	34 500,00	276 700,00
Ativos Financeiros	79 759,00	79 759,00 €	79 759,00	59 819,25
Empréstimos a M/L Prazos	2 591 872,87	3 099 599,62	11 841 160,98	908 835,99

Do quadro supra apresentado, verifica-se que a despesa corrente paga, teve uma execução superior ao ano transato e a despesa de capital paga teve um decréscimo.

Graficamente, podemos visualizar a evolução dos vários agrupamentos da despesa paga ao longo dos anos:



DESPESA

As despesas com pessoal sofreram um acréscimo, uma vez que o n.º de trabalhadores à data de 31 de dezembro de 2018 era de 159 que comparativamente com o n.º de trabalhadores à data de 31 de dezembro de 2017 teve um acréscimo de 31 trabalhadores, como referido no ponto III deste relatório.

De salientar que ao longo do ano económico de 2018, foram entrando no mapa de pessoal da autarquia novos colaboradores, cujos custos refletidos nesta prestação de contas não englobam o custo da totalidade do ano.

No que à aquisição de bens e serviços correntes respeita, houve um acréscimo de despesa significativo, nomeadamente nas classificações económicas de “estudos, pareceres, projetos e consultadoria”, “publicidade”, “trabalhos especializados” e “outros serviços

O Município de Alijó, ao longo do ano de 2018, promoveu espetáculos culturais em maior número, com reflexo nos gastos, organizou eventos culturais, económicos e sociais de maior grandeza, como foi o caso da Alifeira, Congresso Internacional “A Animação Sociocultural e a Educação Intergeracional”, 7 Maravilhas à Mesa, entre outros, o que originou maiores gastos em serviços e na sua publicitação.

Também a alteração e renovação da imagem do Município, através da criação de novo logotipo contribuiu para um aumento dos gastos neste agrupamento de despesa. Verificou-se um gasto maior em iluminação pública, comparando com o ano transato.

Relativamente a serviços novos, o Município teve gastos acrescidos no que respeita a trabalhos de intervenção e regularização fluvial, bem como na limpeza e desmatação contra incêndios, despesa que no ano transato não se verificou.

Acresce ainda, os valores gastos com a elaboração de candidaturas, elaboração de planos estratégicos e projetos de engenharia, necessários para a submissão de candidaturas financiadas por fundos europeus.

Despesas com pessoal



Aquisição de Bens e Serviços



DESPESA

Os juros e outros encargos têm decrescido, não só porque se verificou a manutenção de taxas de juro baixas, mas também o impacto da operação de substituição de dívida, levada a cabo pelo Município no ano de 2017, teve impacto superior em 2018 considerando que em 2017, apenas teve reflexo a partir de julho.

As transferências correntes tiveram um acréscimo significativo, por via do aumento da atribuição de verbas a instituições sem fins lucrativos e Juntas de Freguesia. Em relação ao ano transato, verificou-se um aumento superior a € 200.000,00 (duzentos mil euros).

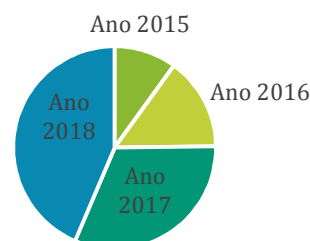
Neste agrupamento, houve um acréscimo de despesa paga. Importa assim referir que existiu no ano económico de 2018 uma despesa paga às Infraestruturas de Portugal, que ascendeu a € 98.280,00 (noventa e oito mil, duzentos e oitenta euros) para licenciamento da obra de saneamento na estrada nacional que liga a zona industrial à localidade de Presandães. Não fosse esta despesa, ter-se-ia verificado um decréscimo neste agrupamento, onde se registam pagamentos residuais.

Relativamente às despesas de investimento, totalizaram um valor de € 1.810.476,07 (um milhão oitocentos e dez mil quatrocentos e setenta e seis euros e sete cêntimos). Verifica-se um decréscimo nas aquisições de bens de capital, comparando com os anos transatos, por não se terem concretizado investimentos financiados por fundos europeus.

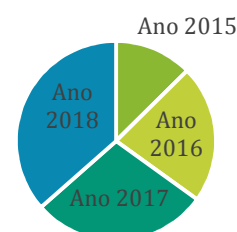
Juros e Outros Encargos



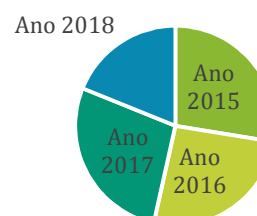
Transferências Correntes



Outras Despesas Correntes



Aquisição de Bens de Capital



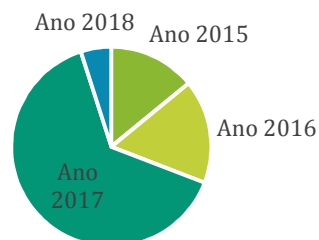
DESPESA

A não execução deve-se a atrasos nos processo de licenciamento, procedimentos de contratação pública de maior complexidade, exigindo visto do Tribunal de Contas que fizeram transitar para o ano económico seguinte a realização desses investimentos.

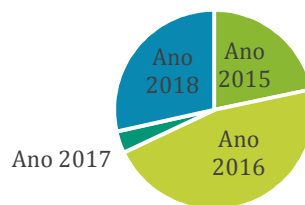
Os passivos financeiros têm uma redução significativa, pelas razões já anteriormente referidas e que estão relacionadas com a operação financeira de substituição de dívida.

Relativamente às transferências de capital, houve um acréscimo significativo em relação ao ano transato, que à semelhança do que acontece com as transferências correntes, a colaboração com instituições sem fins lucrativos e Juntas de Freguesia foi reforçada.

Empréstimos a M/L Prazos



Transferências de Capital



DESPESA

No que respeita ao ano de 2018, isoladamente, podemos analisar o peso de cada capítulo da despesa em relação à despesa total do Município.

Despesa Paga	Ano 2018	%
Despesas Correntes	7 731 383,27 €	100,00%
Despesas com pessoal	2 888 737,51	37,36%
Aquisição de Bens e Serviços	3 743 758,85	48,42%
Juros e Outros Encargos	160 971,42	2,08%
Transferências Correntes	752 786,27	9,74%
Subsídios	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	185 129,22	2,39%
Despesas de Capital	3 055 831,31 €	100,00%
Aquisição de Bens de Capital	1 810 476,07	59,25%
Transferências de Capital	276 700,00	9,05%
Ativos Financeiros	59 819,25 €	1,96%
Empréstimos a M/L Prazos	908 835,99	29,74%

Pelo quadro anterior apresentado, e no que respeita às despesas correntes, as despesas com pessoal têm um peso de 37,36% das despesas correntes.

As despesas pagas na rubrica de aquisição de serviços são as que maior relevância têm no orçamento da despesa corrente com um peso de 48,42%.

No que respeita às despesas de capital, são as aquisições de bens de capital que maior peso têm no orçamento das despesas de capital, com um peso percentual na ordem de 59%.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

VII. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta-se organizada por objetivos, programas, projetos e ações. É parte integrante deste documento, o mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos. Assim apresentamos de forma resumida a execução do Plano Plurianual de Investimentos, comparando-a com os anos de 2016 e 2017:

(em euros)	Ano	Ano	Ano
	2016	2017	2018
Funções Gerais			
Serviços da Administração Pública	504 715,46 €	186 702,69 €	510 843,30 €
Segurança e Ordem Públicas	139 130,22 €	158 364,21 €	2 123,17€
Funções Sociais			
Educação	8 022,80 €	95 775,84 €	0,00 €
Saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Segurança e Ação Social	2 244,61 €	176,75 €	13 456,24 €
Habitação e Serviços Coletivos	535 059,84 €	1 095 342,92 €	488 665,92 €
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2 500,00 €	341 377,50 €	129 347,20 €
Funções Económicas			
Agricultura, Silvicultura, caça e pesca	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Indústria e Energia	80 717,70 €	26 162,64 €	0,00 €
Transportes e Comunicações	1 017 523,98 €	708 449,48 €	629 465,58 €
Comércio e Turismo	169 942,40 €	34 440,00 €	36 574,66 €
Outras Funções			
Outras	104 910,31 €	79 759,00 €	59 819,25 €

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Do quadro supra apresentado, podemos analisar a despesa paga durante o ano de 2018, por função.

De uma forma resumida, pode-se constatar, que a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos se situou nos 36,37%, inferior relativamente ao ano transato.

Foram pagos, no que respeita a investimento realizado pelo Município montantes na ordem dos 1,9 milhões de euros, sendo o valor de maior relevância nos transportes rodoviários, estradas municipais e pavimentações e arruamentos.

PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

VIII. PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Apresenta-se no quadro seguinte, de forma resumida, a execução do Plano de Atividades Mais Relevantes, comparando com os anos de 2016 e 2017:

(em euros)	Ano	Ano	Ano
	2016	2017	2018
Funções Gerais			
Serviços da Administração Pública	11 728,05 €	14 005,91 €	143 972,03 €
Segurança e Ordem Pública	0,00€	0,00€	318 340,62€
Funções Sociais			
Educação	366 694,61 €	341 759,33 €	344 468,50 €
Saúde	0,00€	0,00€	0,00€
Segurança e Ação Social	7 705,26 €	9 360,20 €	4 833,47 €
Habituação e Serviços Coletivos	1 236 009,24 €	1 285 514,11 €	1 252 946,79 €
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2 231,56 €	30 862,53 €	60 473,77 €
Funções Económicas			
Agricultura, Silvicultura, caça e pesca	20 539,47 €	34 542,38 €	29 370,36 €
Comércio e Turismo	0,00€	0,00€	116 732,69 €
Outras Funções			
Outras	565 563,35 €	506 680,17 €	957 618,40 €

Quanto ao plano de atividades mais relevantes, verifica-se um grau de execução anual na ordem dos 91 pontos percentuais.

Foi na habitação e serviços coletivos, seguida das transferências entre administrações e educação, que se verificou o maior grau de execução.

ANÁLISE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO

IX. ANÁLISE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO

A dívida do Município de Alijo, referente a empréstimos de médio e longo prazo, ascende em 31 de dezembro de 2018 a €11.904.362,13 (onze milhões, novecentos e quatro mil trezentos e sessenta e dois euros e treze cêntimos).

Dívida de Médio/Longo Prazo, por entidades	
Caixa Geral de Depósitos	1.478.546,81 €
Novo Banco	122.370,48 €
Banco Português de Investimento	63.946,54 €
Crédito Agrícola	10.239.498,30 €

Importa referir, que ao longo do ano económico de 2018, foram efetuadas amortizações no valor de €908.835,99 (novecentos e oito mil oitocentos e trinta e cinco euros e noventa e nove cêntimos).

Este valor de amortizações, corresponde ao cumprimento dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras.

Acresce ainda, que por aplicação da especialização, no balanço a dívida de médio e longo prazo, corresponde a € 10.995.237,71 (dez milhões, novecentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e sete euros e setenta e um cêntimos), considerando que foram subtraídos os valores a pagar no ano económico de 2019 inscritos na dívida de curto prazo.

A dívida de capitais alheios, refere-se apenas à contração de empréstimos de médio e longo prazo, uma vez que o Município não contratou qualquer empréstimo de curto prazo no ano económico de 2018.

Pelo exposto, a dívida de passivos financeiros diminuí em relação ao ano transato, no montante igual ao agrupamento dos passivos financeiros, onde está registada o pagamento da despesa amortizada em 2018, considerando que não foram contratados novos empréstimos.

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

X. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, o limite da dívida total da autarquia é igual a 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos.

Para o Município de Alijó, os limites de endividamento são os seguintes:

Média da Receita Corrente Líquida	€ 9.911.743,00
1,5 vezes	€ 14.867.615,02
Limite da Dívida Total	€ 14.867.615,02

À data de 1 de janeiro de 2018 o valor total da dívida municipal, com as devidas exceções era de 12,9 milhões de euros, tendo reduzido em 31 de dezembro de 2018 para valores próximos dos 12 milhões de euros.

A dívida total orçamental, excluindo a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, situa-se em €12.059.614,18 (doze milhões cinquenta e nove mil seiscentos e catorze euros e dezoito cêntimos). A este valor acresce a comparticipação para a dívida municipal de entidades terceiras que à data do relato era de €223.046,84 (duzentos e vinte e três mil e quarenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), devidamente registado na conta de terceiros.

Pelo exposto, apura-se a dívida total municipal no valor de €12.282.661,02 (doze milhões duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e sessenta e um euros e dois cêntimos).

Considerando o valor do limite da dívida total, calculada anteriormente e que se situa nos € 14.867.615,02 (catorze milhões, oitocentos e sessenta e sete mil seiscentos e quinze euros e dois cêntimos), a dívida total do Município de Alijó, tem uma margem absoluta de € 2.584.954,00 (dois milhões quinhentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro euros).

CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA

XI. CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA

De forma sucinta, apresentamos um quadro com a caracterização da dívida, cuja análise em pormenor se remete para os documentos e mapas de prestação de contas apresentados na conta de gerência.

CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA	
Dívidas a Terceiros	
Fornecedores Correntes	134.366,36 €
Fornecedores de Imobilizado	0,00 €
Credores diversos	243.932,53 €
Total	378.298,89 €
Empréstimos de Médio e Longo Prazos	
Caixa Geral de Depósitos	1.478.546,81 €
Novo Banco	122.370,48 €
Crédito Agrícola	10.239.498,30 €
Banco Português de Investimento	63.946,54 €
Total	11.904.362,13 €

Em 31 de dezembro de 2018, depois de efetuadas as operações de fecho de ano, a dívida do Município de Alijó a terceiros, ascendia ao montante de € 378.298,89 (trezentos e setenta e oito mil duzentos e noventa e oito euros e oitenta e nove cêntimos), tratando-se sobretudo de faturas recebidas no último mês do ano económico, este valor é caracterizado como sendo dívida a fornecedores conta corrente, que reflete a dívida de natureza corrente, sendo que a dívida a fornecedores de imobilizado, é nula.

Quanto à dívida de empréstimos, o Município de Alijó não contraiu nenhum empréstimo de curto prazo, pelo que a dívida à banca comporta apenas os empréstimos de médio e longo prazo, que à data de 31 de Dezembro de 2018 ascende ao montante de € 11.904.362,13 (onze milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e sessenta e dois euros e treze cêntimos).

Ainda relativamente à dívida, importa salientar que os prazos de pagamento foram cumpridos, sendo que não existem à data de 31 de dezembro pagamentos em atraso, conforme demonstra o quadro seguinte.

CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA

Designação	Stock final do período						
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso				Total
			Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	
			(8)	(9)	(10)	(11)	
Remunerações certas e permanentes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Abonos variáveis ou eventuais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE010301 + CE010302 - Encargos com saúde - ADSE e outros das Adm. Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições para a segurança social - Caixa Geral de Aposentações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições para a segurança social - Seg. Social - Regime geral	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Restantes despesas com pessoal (Total CE01 menos os valores inscritos nas linhas precedentes)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE02 - Aquisição de Bens e serviços correntes	155.252,05	155.252,05	- €	- €	- €	- €	- €
CE03 - Juros e outros encargos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências correntes para sectores das Adm. Públicas (CE04.03+ CE04.04 + CE04.05 + CE04.06)	223.046,84	223.046,84	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências correntes para fora das Adm. Públicas (CE04 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE06 - Outras despesas correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE07 - Aquisição de Bens e serviços de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências de capital para sectores das Adm. Públicas (CE08.03+CE08.04+CE08.05+CE 08.06)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências de capital para fora das Adm. Públicas (CE08 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	378.298,89	378.298,89	- €	- €	- €	- €	- €

XII. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Ainda no que à execução orçamental diz respeito, é importante demonstrar o equilíbrio de acordo com o preconizado no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, pelo que os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

DEMONSTRAÇÃO	
Receita Corrente Cobrada Bruta	10.069.426,23 €
Despesa Corrente	7.731.383,27 €
Saldo Corrente	2.338.042,96 €
Amortizações Médias	970.137,49 €
Margem Disponível	1.367.905,47 €

Para além do cumprimento de equilíbrio orçamental, conforme demonstrado, importa referir, que ao longo do ano económico de 2018, foi gerada uma poupança corrente de aproximadamente 2,3 milhões de euros, o que significa que foram utilizadas receitas correntes para financiar despesas de capital, nomeadamente os investimentos.

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

XIII. ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Balanço reflete a posição financeira e patrimonial do Município a 31 de Dezembro de 2018, comparando com a posição financeira em 31 de Dezembro de 2017. O quadro infra apresentado, representa o balanço de forma resumida.

BALANÇO	2017	2018
	€	€
Imobilizado	55 194 363,85	55 463 912,45
Existências	58 786,73	60 415,77
Dívidas de Terceiros	324 638,39	309 476,09
Disponibilidades	4 228 531,14	4 185 573,06
Acréscimos e Diferimentos	181 674,74	194 156,16
ATIVO	55 194 363,65	55 463 912,45
Património	11 692 711,79	11 692 711,79
Reservas	1 443 720,45	1 589 246,85
Resultados	14 720 105,73	16 762 205,48
Subsídios	460 564,77	460 564,77
FUNDOS PRÓPRIOS	28 317 102,74	30 504 728,89
Dívidas a Terceiros CP	2 345 528,19	2 362 369,17
Provisões	4 681 684,22	4 296 220,89
Dívidas a Terceiros MLP	11 904 358,89	10 995 237,71
Acréscimos e Diferimentos	7 945 689,81	7 305 355,79
PASSIVO	26 877 261,11	24 959 183,56

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

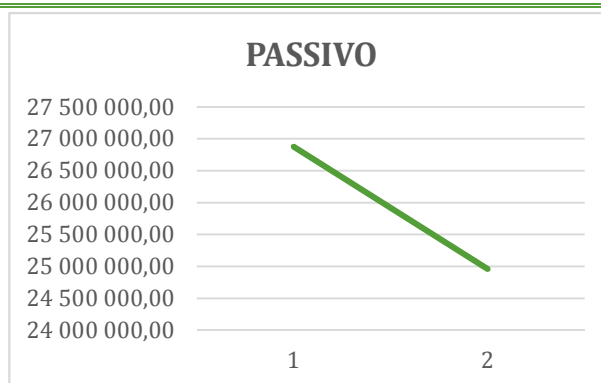
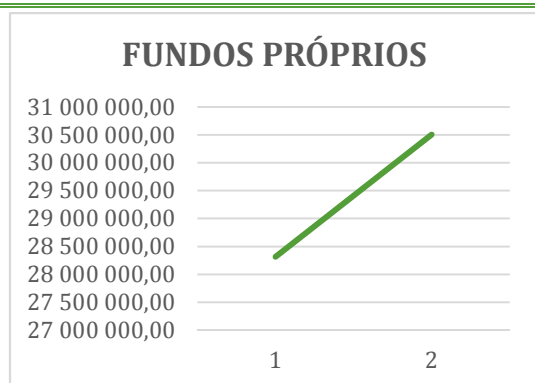
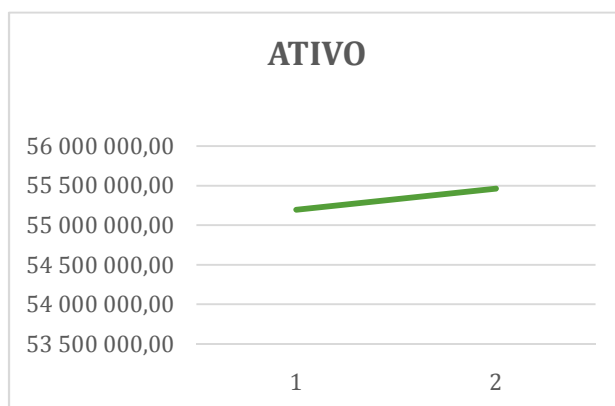
O total do ativo teve um acréscimo de aproximadamente € 269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil euros) de 2017 para 2018.

Relativamente ao ativo, é o valor do imobilizado que maior peso tem na estrutura do balanço. No que diz respeito aos fundos próprios também aumentaram, por via dos resultados transitados.

O passivo diminuiu cerca de 7% em relação ao ano transato, tendo-se verificado a diminuição das provisões, das dívidas de MLP e dos acréscimos e diferimentos.

Importa referir que o valor das amortizações acumuladas é de € 12.018.299,68 (doze milhões, dezoito mil, duzentos e noventa e nove euros e sessenta e oito cêntimos) e o valor dos ajustamentos no ativo ascende a € 49.996,93 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis euros e noventa e três cêntimos).

Graficamente, podemos visualizar a evolução do ativo, fundos próprios e passivos:



ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

A demonstração de Resultados permite a análise dos custos e dos proveitos que influenciam o apuramento de Resultado Líquido do exercício.

O mapa seguinte representa de forma resumida os custos e proveitos do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2017	2018
	€	€
Custos Operacionais	7 639 509,08	8 919 742,77
Custos Financeiros	215 020,94	160 996,92
Custos Extraordinários	216 528,23	339 490,25
TOTAL DOS CUSTOS	8 071 058,25	9 420 229,94
Proveitos Operacionais	10 324 320,52	10 567 777,18
Proveitos Financeiros	451,74	0,00
Proveitos Extraordinários	656 813,94	669 154,56
TOTAL DOS PROVEITOS	10 981 586,20	11 236 931,74
Resultados Operacionais	2 732 250,61	1 648 034,41
Resultados Financeiros	-214 569,20	-160 996,92
Resultados Extraordinários	392 846,54	329 664,31
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2 910 527,95	1 816 701,80

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

Graficamente, podemos visualizar a evolução dos resultados, relativamente ao ano transato:



O Resultado Líquido do Exercício positivo é de € 1.816.701,80 (um milhão, oitocentos de dezasseis mil setecentos e um euros e oitenta cêntimos) valor que é apresentado no Balanço e na Demonstração de Resultados.

XIV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e para cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal, apresenta a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Resultado Líquido do Exercício: € 1.816.701,80 (um milhão, oitocentos de dezasseis mil setecentos e um euros e oitenta cêntimos).

Transferência para a conta de Resultados Transitados, o montante do Resultado Líquido do Exercício, posterior constituição de reservas legais no montante de 5% desse resultado, transferindo para a conta de reservas legais o valor de € 90.835,09 (noventa mil oitocentos e trinta e cinco euros e nove cêntimos).

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

Câmara Municipal de Alijó

Rua General Alves Pedrosa, n.º 13 | 5070-051 Alijó

Tel. (+351) 259 957 100

Fax (+351) 259 959 738

www.cm-alijo.pt

